Eixo III: Reestruturação sindical e o futuro do Proifes-Federação

**Propostas da Apufsc-Sindical para o XIX Encontro Nacional do Proifes-Federação**

**A natureza distinta de uma federação sindical**

 O modelo federativo, que estrutura e dá vida ao Proifes, é algo positivo e bastante singular em relação à maioria dos sindicatos do setor privado e público no país, especialmente muito distinto do “modelo” Andes-SN. Esse foi um fator decisivo para a filiação da Apufsc-Sindical no Proifes. Mas há outros elementos que o distingue como federação sindical: sua pauta não é exclusivamente econômica, distinção que se expressa no interesse e atuação em temas e problemas que demarcam um sindicalismo de representação de um locus específico: a universidade e institutos federais (simplificadamente, IFES), instituições únicas, cuja atividade é essencialmente de formação e produção de conhecimento. Ou seja, um tipo de entidade que entende e pratica um sindicalismo de professoras/es universitários, muito distinto a de outro modelo cujo histórico é a de um sindicalismo de tipo excessivamente ideológico, classista (de tipo operário), burocratizado e altamente hierarquizado.

 Outros pontos importantes também distinguem o modelo federativo: a) o resguardo e a garantia efetiva da autonomia dos sindicatos federados, por conseguinte, quem se filia à federação são os sindicatos de base e não diretamente os filiados destes sindicatos. b) como quem compõe uma federação são os sindicatos autônomos, há a possibilidade de uma melhor dinâmica nas discussões e nos debates, dando maior vitalidade democrática no seu funcionamento interno e nas instâncias decisórias da federação. Além disso, a exemplo do Proifes, não há imposição estatutária para as decisões, dado que cada sindicato federado pode ou acatá-las e implementá-las, cabendo as suas bases decidirem; c) em tese, pode haver uma horizontalidade na atribuição de representações da federação em reuniões, fóruns e atividades externas, etc. d) há um menor custos com a gestão administrativa e com a burocracia, por conseguinte, o valor da contribuição de cada sindicato federado é/pode ser menor; e) pode funcionar apenas com uma diretoria executiva, mais enxuta, dinâmica e possibilitando a participação de sindicatos federados (bases sindicais) e não de pessoas que representam grupos políticos.

 No Proifes, todos esses aspectos têm gerado oportunidades ao desenvolvimento de uma prática sindical diferenciada, mais ativa, democrática, representativa e socialmente respeitada – ainda que se possa sempre aperfeiçoar, como indicamos e defendemos neste texto.

 Assim, vemos que o modelo federativo é o principal ativo do Proifes, o qual pode servir de exemplo ao movimento sindical brasileiro. Esse modelo organizativo pressupõe e se alicerça no pluralismo das representações que advém da identidade comum e, ao mesmo tempo, distinta dos sindicatos autônomos filiados à federação. Esses sindicatos, por livre decisão, conformam e dão vida a um coletivo que busca compartilhar princípios, interesses, meios, práticas sindicais baseadas no mútuo respeito. É um terreno fértil para a valorização do diálogo que, na pluralidade de opiniões, persegue a construção de consensos e o respeito aos interesses dos filiados que representam.

**Reestruturação sindical e o futuro do Proifes**

 Nosso escopo aqui não é propriamente fazer um exame do movimento sindical brasileiro, envolvendo legislação, estrutura organizativa atual, abrangência e representatividade, entre outros aspectos. Desejamos aqui expressar um entendimento mínimo sobre a questão da unicidade sindical e suas implicações ao Proifes. Fazemos ainda considerações sobre o aperfeiçoamento estatutário e estratégias para uma necessária expansão da federação, com a filiação de novos sindicatos. Iniciamos a reflexão situando a federação no modelo sindical vigente em nosso país.

 A unicidade sindical é o modelo vigente. Ele é quem legalmente estrutura, organiza e possibilita as atividades sindicais no país. Isso deriva da nossa Constituição Federal (CF), art. 8º, o qual reconhece a existência de um único sindicato representante da categoria. O artigo diz expressamente: “É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

 Isso posto, sempre é bom reprisar que o Proifes é uma entidade sindical de grau superior – FEDERAÇÃO. Consequentemente os sindicatos podem se filiar a FEDERAÇÃO, sem abdicarem da carta sindical, mantendo o seu “*status*”. Do mesmo modo, qualquer sindicato a ela filiada pode se desfiliar a qualquer tempo.

 Tais aspectos foram o que impediram, no caso da Apufsc, de o Andes-SN continuar a ter uma seção sindical na UFSC (em decisão judicial, tramitada em julgado), quanto obtivemos o registro sindical e agora com nossa filiação ao Proifes. Além disso, o mais importante para que nossa base sindical viesse a optar por filiar-se ao Proifes foi que, como iria continuar sendo um SINDICATO autônomo, teríamos plena autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Ou seja, o Proifes-Federação não interferiria na organização interna do nosso sindicato e nos processos de assembleias ou votações da categoria.

 Trazer aqui nossa experiência é importante, pois elucida as qualidades organizativas e os efeitos do modelo federativo do Proifes em relação a outro, cujo exemplo é o de um sindicato nacional, estruturante do Andes-SN.

 Um sindicato nacional, que se garante na unicidade sindical, necessita ser altamente verticalizado, único e circundante de seções sindicais, as quais representam o locus de atuação de determinado grupo social que, em tese, tem a mesma identidade, interesses e eventualmente visões. A autonomia das seções sindicais, nesse tipo de organização, é muito relativa, frágil e não assegurada (como demonstra a história da prática sindical do Andes-SN). A identidade dos representados, para esse tipo de visão e estrutura organizativa, é antes de tudo a de classe social, baseada no modelo de organização da classe operária, do século passado. Os efeitos dessa concepção organizativa são de modo geral muito ruins que, dependendo da pauta sindical, afastam os filiados da vida (da seção) sindical (debates, decisões, etc.) e levam a maioria da categoria a não se filiar. Esse modelo é defendido e praticado por determinadas correntes políticas e ideológicas que têm dificuldades de aceitar as particularidades que dão identidade ao corpo social e cultural que conformam, por exemplo, os professores universitários e, portanto, em aceitar outro tipo/modelo de organização sindical que não o da categoria (genética) de trabalhadores e/ou de operários.

**Sindicato de professores universitários**

 Pode-se dizer que os professores, sobretudo os universitários, são oriundos, predominantemente, da classe média. Nesse aspecto, faremos considerações analíticas tomando como referência os estudos do campo da sociologia e da cultura.

 A classe média, como os estudos sociológicos nos mostram, é sempre difícil de definir. Renda não a explica, nem, tampouco, sua posição específica no quadro geral da produção e reprodução da vida. Talvez, seja possível pensar a classe média como a expressão específica de um conjunto geral de valores: crença na meritocracia, confiança na capacidade individual, descrença nos princípios da coletividade. Se infere que a classe média olha para as classes superiores e seu comportamento como o objetivo a ser emulado e, ao mesmo tempo, olha para a classe trabalhadora com desdém pelos seus hábitos, comportamentos e valores, mas sobretudo, pelo pavor diante da possibilidade do seu próprio descenso social.

 Mas, sem a pretensão de formalidades sociológicas e mais como resultado de observação participante, é possível inferir que há uma parcela pequena do professorado universitário oriundo das camadas dominantes da sociedade. Sobretudo em cidades menores isso fica muito evidente no orgulho da ostentação dos sobrenomes tradicionais. Todavia, em geral, eles compõem os ramos pobres das famílias ricas. Há um número muito maior de professores oriundos das classes propriamente médias (comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais), mas essa parcela de professores compartilha os mesmos valores sociais e políticos do primeiro grupo. Por fim, há uma parcela menor, talvez não chegue a vinte por cento do professorado, oriundo das classes trabalhadoras, mesmo quando não se sintam mais parte delas, mas que, potencialmente, ao menos, ainda apresentam esse resíduo sociológico. É sobretudo essa última parcela que alimenta ainda que apenas potencialmente (em número cada vez menor) os nossos sindicatos.

 Reconhecer que docentes universitários são, predominantemente, de classe média e que ela é um estrato social de difícil definição, não resolve tudo. Ainda permanece a questão de como tratar com seus interesses e visões, que são muito particulares, essencialmente individualistas. Os professores universitários têm como objeto de trabalho o conhecimento. Atuam para formar profissionais, produzir e socializar conhecimento (científico, cultural e técnico). Na esfera política, como apenas mencionamos, flutuam em visões ideológicas, marcando um pluralismo de ideias, valores e opiniões, ainda que (em determinadas circunstâncias) reivindiquem mínimos comuns corporativos, como salário, condições de trabalho e carreira. Portanto, se identificam muito em garantir direitos individuais, eventualmente também comuns, mas se distinguem em valores e posições ideológicas. Ora, tudo isso traz efeitos quando sentem a necessidade de buscar quem os defenda perante o patrão (o Estado), no caso quando estes buscam um sindicato.

 A cultura pode ser outro sistema referência para nossa análise. Ela também possibilita compreender as distinções entre agrupamentos sociais, na forma como se constituem e como se expressam, na subcultura dos distintos agrupamentos sociais. Entendemos, como acima dito, que docentes universitários representam uma formação social de classe média, que é distinta, por exemplo, da formação social da classe operária – uma outra subcultura que compõem a identidade cultural de uma sociedade. Essas subculturas não são nem iguais, nem superiores entre si, apenas distintas. Isso, a nosso ver, traz implicações e distinções importantes na organização (sindical) e nas manifestações na vida social e política de ambas. Ou seja, é necessário tirar consequências disso.

 Historicamente, o que sempre sobressaiu no chamado movimento docente e nos momentos de luta foi o reclamo à autonomia da base (da seção sindical, no caso do Andes-SN) como garantia de respeito à tomada de decisões mais relevantes em um determinado momento, como entrada e saída de greve ou acordos salariais e de carreira. Na estrutura organizacional de sindicato único, claramente verticalizada e uniformizada, o que importa nos processos decisórios é o todo e não as partes, impondo-se a “vontade da maioria” à minoria, numa aritmética política simplista construída em oposição às diferenças e a dialética que nos marca e constitui. A realidade desse tipo de sindicalismo mostra um descaso com as opiniões da base, Assembleias Gerais (AGs) esvaziadas, dirigentes-sabe-tudo e profissional, onde os fins justificam os meios e onde as definições são justificadas por questões ideológicas e do interesse de UMA classe social. É preciso superar esse tipo de sindicalismo e da estrutura sindical que lhe dá suporte.

 Assim, se esse quadro geral faz algum sentido para descrever os professores universitários, fica óbvio que nossa tarefa política e organizativa é imensa. Usar, como mote organizativo expressões como “classista” ou “pela base” ou “de luta” parece-nos não dizer absolutamente nada para a grande maioria dos professores, nem sobre os objetivos do sindicato, nem, tampouco, sobre sua função política e social. Em certo sentido, são expressões/jargões de organização política de outras áreas e de outros tempos, que sobrevivem como resíduos.

 A questão central, então, é: como e o que falar a esse conjunto de professores? Como tornar o sindicato relevante, senão para todos, ao menos para a maioria dos professores? Primeiro, devemos nos empenhar para agregar aqueles colegas professores para os quais o sindicalismo, mesmo que “moribundo”, ainda exprime um tipo de organização sociocultural importante. Os demais, não tenhamos ilusão, estarão conosco sempre de forma pontual, em ações específicas, mas não envidarão nenhum esforço para a manutenção do sindicato como um princípio organizativo. Segundo, acreditamos que o único ou o melhor caminho que nos está facultado é nos atermos às demandas específicas da categoria, gostemos ou não delas. É aqui que a forma federativa do Proifes, de estreita conexão com a base (via a representação autônoma dos sindicatos federados), sem ilusões vanguardistas, faz a diferença. Sem meias-palavras: o modelo federativo é melhor, pois garante a autonomia dos sindicatos locais e facilita a expressão do pluralismo de visões e opiniões que conformam nossa identidade e os atributos de nossa profissão.

**Estratégias e ações para ampliar o número de sindicatos federados ao Proifes**

 O governo atual e também a CUT, têm dado sinais de que não irão alterar suas posições relativas à questão da unicidade sindical – ainda que a CUT defenda a pluralidade sindical como melhor modelo de organização dos trabalhadores. Portanto, em não se alterando o modelo, é fundamental que nossa federação estabeleça estratégias para desenvolver ações para ampliar o número de sindicatos federados.

 Do nosso ponto de vista, esse cenário político no geral e no ambiente sindical universitário favorece aproximações da federação com seções sindicais do Andes-SN. Na conjuntura recente, é possível encontrar vários elementos de descontentamento de seções sindicais dessa entidade, a exemplo de sua experiência de filiação ao CSP-Conlutas, o custo financeiro elevado da burocracia da entidade, o seu isolamento político em articulações e atuações com as entidades do campo educacional (a exemplo do Fórum Nacional Popular de Educação) e as disputas fratricidas entre correntes partidárias ao interno do chamado movimento docente. A falta de democracia e transparência do(s) grupo(s) que há anos controlam o aparelho sindical do Andes-SN foi o tema principal das últimas eleições, que deixaram feridas profundas e ainda abertas. Diante disso vislumbra-se a oportunidade de abertura formal de diálogo com algumas de suas seções sindicais, particularmente as que se aglutinaram em torno ao RenovaAndes.

 Por fim, há que se ressaltar que, particularmente nos últimos anos, o Proifes-Federação tem externado de forma muito clara e inequívoca suas posições em defesa dos interesses da categoria, das instituições que representa e na defesa da democracia, com práticas sindicais e políticas que reforçam sua autonomia e independência a partidos políticos e ao Estado e governos. São virtudes que, somado à sua organização fundada no modelo federativo, se constituem em ativos e bons argumentos para um diálogo substantivo e propositivo, que facilita aproximações visando novas filiações na federação. Isso implica, entre outras providências, em oferecer apoio jurídico e político, especialmente por meio de um envolvimento direto (de membros) da Diretoria Executiva para se estabelecer de pontes e realizar diálogos formais com os interessados.

**Propostas**

1. Finalizar o processo jurídico para obtenção do registro da federação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
2. Proceder imediata reforma estatutária do Proifes para, entre outras mudanças, instituir novos cargos de Diretoria; deixar mais claras as atribuições das diretorias (novas e já existentes); estabelecer tipos de representações externas à federação em demandas importantes, visando melhor distribuí-las entre as Diretorias; estabelecer normas e sistemática mais claras e democráticas para eventuais substituições de membros da Diretoria Executiva durante mandato;
3. Montar um GT Extraordinário para definir estratégias e ações visando ampliar o número de sindicatos filiados na federação.
4. Ter atuação mais efetiva e reivindicar à CUT assento ao Proifes na Executiva da Central.